



# **O Desejado e o Encoberto:**

**potências  
de movimento  
de um mito  
andarilho**

**Q**ue especial e curioso trajeto de vida perfaz a história de um rei ao receber, muito antes do seu nascimento, o sugestivo epíteto de o Desejado e, depois de sua morte, ter agregado, ao seu nome, um outro qualificativo, de significado não menos instigante, como o Encoberto? Quantas coisas podem nos tocar, nos fazer viajar nesta vida tão cheia de singularidades pronta a existências múltiplas no âmbito da fabulação histórica, mítica, religiosa, artística, etc.? Dom Sebastião, o Desejado e o Encoberto, não recebeu essas denominações por alcançar ou construir algum feito extraordinário em vida. Ao contrário, formou sua personalidade, tanto histórica quanto mítica, agindo (em sua existência histórica) e sendo reinventado (em moventes textos da cultura) muito pelos impulsos emanados dos adjetivos que foram se acoplando a ele, e acompanhando sua pessoa. Com a afirmação do nome próprio com o qual é batizado, em homenagem a um

**MARCIO HONORIO  
DE GODOY**

é pesquisador do grupo de pesquisa Mídia e Cultura: Barroco e Mestiçagem e do Centro de Estudos da Oralidade da PUC-SP.

santo católico dos mais populares e respeitados por causa da demonstração de tenacidade na fé em Cristo, junto com a significativa carga trazida pelos epítetos recebidos, é composta a persona da qual estará investido Dom Sebastião, que começou a esboçar-se antes do seu nascimento, nos anseios do povo e da corte portuguesa, e irá se desenvolver nas configurações extraordinárias posteriores ao misterioso desaparecimento do rei em batalha contra os mouros, em Alcácer Quibir, no norte da África.

Os dois epítetos o eternizaram, pois ele já existia antes de nascer, como Desejado, encarnando as expectativas e vontades de uma nação ávida por manter seu papel especial entre as outras nações do mundo. E ele continua existindo mesmo depois de sua morte, ou desaparecimento, como o Encoberto, trazendo, ao mesmo tempo, traços humanos e divinos, além de provocar a possibilidade de se sonhar, de se continuar a desejar.

A trajetória de sua vida continua inacabada enquanto há o desejo no homem de se alçar sobre si mesmo, em busca da proximidade com o encantamento do mundo e com o sagrado. Assim, Dom Sebastião, o jovem monarca Desejado e Encoberto, permanece presente, em constante atualização. Enquanto houver a renovação de sonhos e desejos, enquanto existir no homem a vontade de tornar-se algo além do seu estado atual, algo que o torne mais potente que sua condição presente, Dom Sebastião retorna eternamente renovado. Possui, em sua história de vida, e em sua personalidade mítica, a idéia de que o desejo só é desejo enquanto não é totalmente satisfeito, lançando sempre quem deseja numa busca, que requer a transformação constante, quando objetos do desejo, ou o objeto do desejo, ainda permanecem encobertos.

Cartografar a “viagem” de Dom Sebastião por épocas e lugares diferentes, como venho propondo no intuito de compreender a formação, traduções e transformações do fenômeno cultural, exige um olhar sobre alguns pontos, partindo do seu trajeto inaugural, em Portugal, como o Desejado,

até seu desaparecimento, quando se torna também o rei Encoberto. Alguns detalhes levantados pretendem dar pistas e discutir expectativas criadas em torno do jovem monarca português anteriores ao seu nascimento, o que pode estimular luzes e sombras sobre o caminho que percorremos para tatear sua controversa presença histórica e ingresso em um complexo mítico, que ainda hoje o projeta para uma existência futura, em processo.

## DO DESEJADO NASCIMENTO

Durante boa parte do reinado de Dom João III, muitos anos antes do nascimento de Dom Sebastião, que se efetivou em 1554, além de problemas que diziam respeito à política externa e interna de Portugal, outra questão mais simples, porém mais devastadora, afligia a nação portuguesa. Dom João III teve grandes dificuldades para gerar um herdeiro da coroa. Casado com Dona Catarina, irmã do grande e respeitado imperador Carlos V de Espanha, viu a morte de todos os seus nove filhos e, conseqüentemente, o quase rompimento do fio hereditário, que determinava a independência de Portugal com relação a Castela. Porém, dois desses nove filhos conseguiram chegar à idade de procriação. Foram eles Dona Maria, que se casou com o príncipe Felipe II, sobrinho de Dona Catarina e mais tarde rei de Castela e Portugal, e o infante Dom João.

Dom João, nascido em 1537, bem cedo revelou uma saúde muito frágil. Desse modo, o rei ainda tinha grandes preocupações quanto à herança do trono. Resolveu então fazer casar às pressas o infante Dom João, então com 14 anos de idade. A esposa escolhida foi uma prima do adolescente: Dona Joana, filha de Carlos V. Tal matrimônio revelava as desesperadas tentativas para a manutenção da independência portuguesa, embora insistisse em uma prática perigosa para a segurança das unidades nacionais quando levamos em conta o casamento de um membro da nobreza portuguesa com outro de Castela. Se existe certo alívio para

a nação com esses arranjos matrimoniais, por outro lado a tensão sorratamente se instala e vai, num crescendo, se alastrando desde o centro às periferias do reino enquanto a expectativa de um novo herdeiro não é atendida.

Mas finalmente a estratégia teve êxito, e não foi tão demorado se pensarmos no fruto advindo do casamento realizado em 1552 entre o infante Dom João e Dona Joana. Porém, ainda eram bastante tênues as linhas que poderiam compor a imagem da próxima figura a sentar no trono de Portugal. Ainda adolescente e de constituição frágil, Dom João foi afastado de sua esposa, por sentir-se doente, e pouco tempo depois morreu, em decorrência de uma forte crise de diabetes. Dona Joana, que estava grávida, recebe a informação da morte do marido somente depois do nascimento do tão esperado Dom Sebastião, em 20 de janeiro de 1554, dia do santo que daria nome ao tão aguardado filho. Envolvida em luto, Dona Joana, jovem ainda, provavelmente sem muito afeto pelo casamento arranjado, que durou tão pouco tempo, imediatamente deixa Portugal e seu filho, revelando pouco ou nenhum entusiasmo para com o fruto do casamento, e retorna a Castela para nunca mais voltar (Pires, 1969, p. 41).

O desfecho da armação matrimonial parece tão frio quanto seu início, no entanto o nascimento de Dom Sebastião parece colocar fim a um período de escuridão e apreensão em torno do destino de Portugal. Esse pequeno acontecimento se revela imenso, efervescente para a vida do reino, por significar um momento no qual, mesmo sendo relâmpago, consegue fazer coincidir, novamente, os desejos da coroa portuguesa com os do povo.

De um lado, a corte concretiza sua vontade de perpetuação e conservação do poder institucional, político, social e territorial através da figura do neto recém-nascido de Dom João III. Novamente se vê garantida a independência portuguesa diante das ameaças externas e internas. De outro, o nascimento do rei Desejado, esperado pela população exterior ao castelo, simbolizava um novo fôlego de Portugal como nação

independente, massageando a confortável sensação de pertença a uma nação importante, à época, na geopolítica mundial. Acabava-se a ameaça que pairava sobre o reino de se tornar mero coadjuvante sob a dependência do reinado de Castela.

O nascimento de Dom Sebastião desperta novamente o desejo da retomada de um projeto de conquista de territórios iniciado pela dinastia de Avis; projeto esse que estava um tanto quanto abandonado pela atual coroa de Dom João III. Enfim, diversos outros elementos que fizeram as glórias passadas de Portugal, e que se encontravam em estado de profunda sonolência por causa de um reinado apático, parecem ganhar novo fôlego no dia mesmo da chegada ao mundo do futuro rei.

Tanto é assim, que recriações feitas do dia desse nascimento estiveram presentes, depois, em várias épocas e em diversos autores. O impacto da vinda ao mundo do tão ansiosamente esperado herdeiro do trono ganhou grande repercussão no imaginário português. Um exemplo da força desse acontecimento é encontrado na evocação histórica a esse rei, escrita por Antero de Figueiredo, em 1924, e chamada *Dom Sebastião Rei de Portugal*:

“Bendito seja São Sebastião, que nos livra da peste, e, em seu dia, nos dá um rei! Riem, choram, cantam! Deus e Pátria! Que alegria. Essas almas, de leves, como que levantaram o corpo. [...] Arrepiam caminho, sobem a viela, irrompem de roldão na Sé. Nos vidros das janelas altas coalha-se a luz alvaiada da primeira hora fresca do dia. No altar-mor acendem-se muitas velas, muitas. Queima-se incenso. Toca o órgão; e, então, aqueles outros cantos de rogo, substituindo-se por cantos de agradecimento, elevam-se, sonoros, num *Te-Deum laudamus* gratíssimo, que transborda dos corações, se avoluma, e sobe às alturas das abóbadas da velha cátedra, transpassa-se e ergue-se aos céus. Hossana! Hossana! Nasceu finalmente o Desejado, o Desejado” (Pires, 1969, p. 41).

Parece claro nessa evocação de Antero de Figueiredo, mesmo separada por tanto

tempo do acontecimento histórico, o quanto o reino se encontrava em suspenso na espera de um rei que desse continuidade à sua independência e sustentasse o orgulho nacional. O nascimento de Dom Sebastião estimula a movimentação da nação, e aciona todo um conjunto de sentidos que parecia encontrar-se em estado letárgico. Luzes, cores, cheiros e sons aparecem nesse enunciado, ressaltando a passagem de um estado apático a outro, cheio de vida, despertado por um pequeno grande acontecimento. Eis uma imagem, um quadro mesmo, do que representou o nascimento do rei. Todo esse movimento coletivo tomou conta do ambiente, com a chegada do Desejado. Nome próprio e epíteto se encontravam, finalmente. Dom Sebastião era o Desejado; e se tornaria a expressão do desejo de todo o reino.

## FORMAÇÃO DA PERSONA HISTÓRICA: TRAÇOS EM FAVOR DA COMPOSIÇÃO DA PERSONA MÍTICA

Agora era preciso que o futuro rei fosse educado de maneira a ganhar ousadia e força para continuar as glórias de Portugal. Tanto na educação que adquiria de padres jesuítas quanto no exercício das armas, Dom Sebastião recebia mensagens formadoras de sua personalidade voltadas ao preenchimento das expectativas acumuladas e condensadas no Desejado. Os ensinamentos direcionavam a atenção do futuro jovem monarca para que ele se tornasse um rei pronto a lutar contra os mouros para expandir a religião cristã pelo mundo. Era preciso conquistar novas terras e assegurar as já conquistadas, pois o antigo reinado teria se descuidado dessas premissas. O padre Amador Rebelo, cronista de Dom Sebastião, deixou muitos registros sobre a educação despendida ao futuro jovem rei, que nos dão a ideia da mentalidade que ia envolvendo os pensamentos do infante.

“Sendo El-rei menino, não sómente o exortavam com palavras e exemplos de grandes Reis e de grandes vitórias que houveram, mas em matéria de escrever e nos livros por onde lhe dávam lição, o persuadiram a tais emprêsas e exercício militar. [...]

O menino, de sua real condição, éra esforçado e de coração altívio, de tal maneira bebía estas doutrinas que logo começou a dar móstras de ânimo invencível: mas como a conquista dêste Reino seja África, visínha e inimiga, a principal guerra que os Mestres de El-rei mostrávam era ésta, contra o qual já o môço, com capital ódio, desejava mostrar seu esforçado caráter, e assim, não falava em outra cousa senão na Arte Militar” (Serpa, 1925, p. 13).

A ideia de reconquistar territórios na África é central para os mestres de exercícios militares de Dom Sebastião. O fato de que a todo momento o jovem rei tem gosto em falar de “Arte Militar”, como aponta o cronista, já nos indica traços de que ele trabalhava para se tornar um monarca guerreiro e conquistador, características tão almeçadas por seus contemporâneos em Portugal.

Seguindo a linha que podemos chamar de pedagógica, pelo menos três textos institucionais, chamados “Espelhos de Príncipes”, elaborados com a finalidade de educar o rei – tradição altamente desenvolvida na Idade Média, mas que chega à Renascença –, foram criados e dedicados a Dom Sebastião (Buescu, 1994). Neles constatamos o tratamento dado ao príncipe como se ele fosse um títere, completamente desprovido de vontade própria, prisioneiro em sua corte, separado da vida do seu reino, apenas cumprindo e reiterando um papel simbólico de legitimidade do poder do Estado<sup>1</sup>. Porém, o “Espelho de Príncipes” escrito por Diogo de Teive libertava os movimentos do rei e o incitava à ação, aos ímpetos de conquista. Ao comportamento a ser seguido na maioridade pelo destinatário do seu enunciado, Diogo de Teive sugere: “Ao ânimo também já convém outro/ Mantimento maior de mais substância/ cavalgue já em cavalo de maior fúria/ [...] E incitará o corpo a maior glória/ Então desejará ves-

1 A respeito dos cuidados de legitimação do poder, Roger Chartier (1988) nos fala do esforço pela ritualização da vida cotidiana e privada do monarca, em que o Estado utiliza três estratégias, numa trama complexa de textos, práticas e ritos, utilizando-se da ordem do discurso, da ordem dos sinais e da ordem das cerimônias.

tir-se d'armas/ Quais nas duras batalhas se costumam/ E combater com forte inimigo duro” (Hermann, 1998, p. 88).

Como esse, muito textos irão atravessar a formação do jovem monarca, inclusive obras geradas com intenções artísticas, umas mais comprometidas com a corte, outras com grandeza de expressão universal. Para ilustrar o grupo de discursos da vertente que traz preocupações estéticas literárias com os quais teve contato el-rei menino, nada melhor que o exemplo de uma das maiores obras já criadas em língua portuguesa, *Os Lusíadas*, de Luiz Vaz de Camões, que tem dedicatória consagrada a Dom Sebastião. A obra foi impressa em 1572, quando o monarca já estava com 18 anos de idade.

A mensagem destinada a Dom Sebastião é extensa e aproxima-se das intenções dos “Espelhos de Príncipes”. Recorre, ainda, à lembrança da singularidade do rei dotado de dois corpos, conceito propagado durante a política monárquica da Idade Média, em que o rei é provido de: um corpo físico natural, fortíssimo e preparado para sua saga mundana, mas revelando imperfeições e características temporais e destrutíveis como o de qualquer ser humano; e um corpo místico, perfeito e imortal, conferido pela graça divina (Kantorowicz, 1998).

Uma estrofe apenas pode nos dar uma noção da mensagem que Camões quer passar com seu poema a Dom Sebastião. Magistralmente descreve, em oito versos, o desejo da nação incorporado na figura do monarca Desejado:

“E vós, ó bem nascida segurança  
Da lusitana antiga liberdade,  
E não menos certíssima esperança  
De aumento da pequena Cristandade;  
Vós, ó novo temor da maura lança,  
Maravilha fatal da nossa idade,  
(Dada ao mundo por Deus, que todo o  
[mande,  
Pera do mundo a Deus dar parte grande)  
[...]”  
(Camões, 1980, Canto I, 6).

A dedicatória, em primeiro lugar, chama Dom Sebastião para assegurar a

independência de Portugal. Estão em causa as prioridades a serem levadas em consideração pelo jovem rei, e elas rememoram a “antiga liberdade”, relacionada aos quase quinhentos anos da formação de Portugal.

Ainda como preocupação e reverência sobre a liberdade e glória da nação portuguesa, Camões deposita esperanças no homenageado no que se refere à expansão não apenas das terras, mas também da cristandade. O autor d’*Os Lusíadas* qualifica o sujeito ao qual se destina como competente nova figura que trilhará o obstinado caminho de impor o cristianismo aos mouros “infieis”, pois ele é, sem dúvida alguma, o “novo temor da maura lança”.

Avançando e transbordando as pretensões portuguesas, Dom Sebastião é chamado de “maravilha fatal”, o que lhe confere um caráter de predestinado, por ser uma maravilha que fatalmente já estava prevista para ser “dada ao mundo por Deus”. E é exatamente neste mundo que o predestinado deve trabalhar para conquistá-lo inteiramente, para “que todo o mande”. No entanto, deve-se observar que a conquista deste mundo não está ligada a questões seculares, mas sim à continuidade do projeto português, iniciado desde sua fundação como nação, de encabeçar o alargamento da religião de Cristo por todo o mundo, criando o Quinto Império Universal Cristão<sup>2</sup>. Por isso é necessário mandar em todo o mundo, mas visando entregá-lo a Deus: “Pera [Para] do mundo a Deus dar parte grande”.

Camões dá expressão aos desejos lusitanos depositados em Dom Sebastião. Procura inculcar no espírito do jovem rei uma “realidade” que deve lhe caber como um grande papel, o de novo conquistador. Além disso, busca consagrá-lo como futuro mediador do poder divino, para que a obra de Cristo na Terra seja iniciada.

Ao apontar tão altos desígnios ao jovem rei, Camões alimenta a sede de aventura desse monarca, que não era então mais do que um adolescente. Portanto, Dom Sebastião causava a impressão de ser uma personalidade que ainda estava se formando e que não estava completamente direcionada aos desejos da nação. Embora apresentasse os

2 Uma lenda, provavelmente de disseminação oral intensa, que irá ser reelaborada escrituralmente por letrados da corte em épocas de crise ou de reforço da unidade de Portugal como nação, é conhecida até hoje como o “Milagre de Ourique”. Dom Afonso Henriques, considerado o primeiro rei português, teria recebido, em combate contra mouros pelo restabelecimento territorial do ainda Condado Portucalense, uma mensagem do próprio Cristo em uma visão no campo de batalha. Cristo teria revelado que o destino de Portugal era o de encabeçar o Quinto e último Império Universal, este de Cristo, na Terra. E o grande rei que assumiria de vez essa condição seria o da décima sexta geração; ora, coincidentemente Dom Sebastião era o décimo sexto monarca e esse fato foi por ele valorizado quando, dizem alguns historiadores, tomou a espada de Dom Afonso Henriques para seguir em batalha a Alcácer Quibir (cf. Mattoso, 1987, p. 224). Dentre outras coisas, a importância dessa lenda é tão vasta que foi protagonista da criação de um dos símbolos maiores de Portugal, que é sua bandeira nacional até hoje, com algumas modificações gráficas, representando as ordens de Cristo para o reconhecimento dessa nação como importante objeto para Sua vitória sobre o século e o tempo, com o intuito de instituir a misteriosa ordem divina entre os homens (cf. Godoy, 2005, pp. 56-67).

traços de um sujeito imbuído de esperança patriótica, atribuída por autores importantes de sua época, alguns discursos buscavam dar a Dom Sebastião as “medidas do traje” que lhe fariam vestir melhor as expectativas em torno da sua figura.

Enão demorou para que el-rei, agora não tão menino, vestisse esse traje. Preocupado com os avanços territoriais promovidos pelo líder islâmico Muley Malik no norte da África, Dom Sebastião já preparava, desde 1573, uma organização militar dentro do território português, e fora dele, graças a alianças com exércitos de outros países. Portugal pretendia então dar continuidade a uma política de conquistas territoriais praticamente abolida por Dom João III. Ao mesmo tempo, o avanço muçulmano sobre o norte da África reavivava um antigo receio escatológico cristão. Ao lado de epidemias, fomes e inundações que seriam responsáveis pela chegada do fim do mundo, as constantes ameaças de um crescimento territorial por parte do islamismo também reforçavam a crença em que estava próximo o final dos tempos (Delumeau, 1989).

## A BATALHA DE ALCÁCER QUIBIR: EM VIAS AO ENCOBERTO

O cruzamento dessas séries culturais, políticas e religiosas nos dá uma pista do que significou a batalha de Alcácer Quibir para a concretude de alguns elementos míticos dentro de um processo histórico. Dom Sebastião resume muito bem o sentido de sua investida ao norte da África através de um pequeno mas valioso enunciado escrito por ele. Assim ele se compromete perante todo o seu reino em um dos raros documentos que trazem seus posicionamentos descritos de próprio punho: “Trabalharey por dilatar a fé de Christo, para que se convertão todos os infiéis...”. E, demonstrando suas inclinações guerreiras de conquistador, ele continua: “para conquistar, e povoar a Índia, Brasil, Angola e Mina” (Pires, 1969, p. 45)<sup>3</sup>.

A jornada para Alcácer Quibir estava prevista para 1577. No entanto, a expedição teve que ser adiada em virtude de dificuldades financeiras e militares. Uma das saídas desse percalço foi transformar em Cruzada os esforços de se lançar contra os mouros em Marrocos. Entre outras coisas, essa medida tinha um caráter estratégico para dar continuidade à expedição: os problemas econômicos para se levantar uma armada seriam amenizados, e também seria possibilitado o envolvimento de outros reinos interessados na manutenção da cristandade contra a “ameaça” islâmica.

Dom Sebastião, alguns meses antes da batalha, tomou a iniciativa de procurar o papa Gregório XIII, solicitando-lhe uma bula de Cruzada. Prova de que não havia inocência na atitude de Dom Sebastião é a concessão dessa bula pelo papa e, principalmente, de todos os benefícios que a acompanharam. Com esse gesto da Igreja, é entregue, ao exército de Dom Sebastião, uma quantia de 180 mil cruzados, como parte das rendas eclesiásticas, além de outro valor considerável, demonstrando o entusiasmo da Igreja com a empreitada de Portugal. Outra facilidade encontrada por Dom Sebastião foi a composição da armada, quando são contratados, a partir do momento em que a expedição ganhou caráter de Cruzada, homens franceses, alemães e italianos. Tendo apoio popular, uma corte articulada em torno do projeto de avançar no norte da África e recebendo o aval da Igreja e de reinos cristãos, decerto não eram muitos os que julgavam que Dom Sebastião estivesse possuído por uma mente desvairada, como aponta a história às vezes com grande ênfase.

Em 24 de junho de 1578, parte a armada de Portugal rumo a Tanger. Segundo a carta de um autor anônimo, 847 velas levavam 24 mil homens aos campos africanos. Um conselho formou-se em Arzila para discutir a melhor estratégia de se atacar os mouros em Marrocos. Organiza-se então uma investida em campo aberto, por se entender que tal estratégia é mais eficaz.

Na manhã de 4 de agosto de 1578, finalmente é travada uma batalha em campo

3 Esses pensamentos vêm citados na obra de Queiroz Velloso (1945, p. 116).



## Coroação de Carlos V em afresco de Giorgio Vasari

A notícia da derrota chegou semanas depois, com relatos de várias naturezas. Imediatamente a nação rangeu os dentes por causa do desespero e da dor causados pela possibilidade da perda dos entes familiares. Simultaneamente a esse impacto, sente-se o golpe nas esperanças da volta de um caminho glorioso destinado a Portugal. A coroa fica novamente ameaçada pelo reino vizinho, Castela. O caos se instalou na corte e nas ruas do reino.

Mas um espectro começava a rondar todos os cantos da nação. Junto às notícias sobre a derrota do exército português, circulava a informação de que o rei Dom Sebastião havia desaparecido. De quando em quando testemunhas afirmavam que o corpo do Desejado nunca fora computado entre os mortos e prisioneiros feitos na batalha. Um fio de esperança começava a correr por todo o reino, tecendo o espectro de um rei desaparecido, um soberano que não permitiria o abatimento completo dos ânimos da nação, que pressentia a inevitável anexação ao reino de Castela.

De 1578 a 1580, o cardeal Dom Henrique, tio-avô de Dom Sebastião, sustentou a coroa em suas mãos, retardando o fim da independência de Portugal. Porém, após sua morte, em 1580, diversas batalhas no campo político e jurídico das cortes acabam sendo vencidas pela corte de Castela, e Felipe II, rei de Castela, finalmente assume também o trono português.

Nesse ínterim, a crença de que Dom Sebastião estava vivo toma grande vulto, não só por ser ele um monarca herdeiro da coroa portuguesa, mas por tudo o que já representava para a história de Portugal.

Enquanto estavam sob o jugo de Castela, os portugueses aguardavam a volta de Dom Sebastião. Nesse momento alguns casos de embuste foram se alastrando com o decorrer dos anos. Pelo menos temos notícias de quatro tentativas de se forjar a identidade do rei desaparecido. Ao longo do tempo, com maior ou menor apoio da população, quatro personagens se fizeram passar por Dom Sebastião, procurando conseguir o restabelecimento da independência portuguesa. Houve casos de até

aberto nas campinas de Alcácer Quibir. Vozes esparsas agrupadas pelo historiador António Machado Pires nos dão uma ideia de como se deu o episódio:

“El-rei colocou-se na vanguarda, à frente de uma cavalaria na ala esquerda, sendo a ala direita comandada pelo Duque de Aveiro; Dom Sebastião procurou manter a organização da batalha, e ao primeiro rompimento de fogo do inimigo a cavalaria portuguesa acometeu, abrindo largas brechas na hoste moura. Houve um momento vitorioso em Alcácer. Mas uns momentos de indecisão e a voz de ‘ter, ter!’ do sargento-mor Pero Lopes, bastaram para a superioridade numérica do adversário prevalecer sobre a bravura dos portugueses, que foram dispersados. [...] Do rei pouco se soube. A História fixou que ele combateu denodadamente e se embrenhou pela hoste inimiga até mais não ser visto. O resto do seu destino perdeu-se na incerteza e na lenda. Na memória nacional ficou o seu grito, ‘morrer, mas morrer devagar!’ e uma grande página de dor e de luto na História” (Pires, 1969, p. 56).



mesmo ter sido criada uma corte paralela à de Castela, e o rei impostor conseguiu, nesse simulacro de governo, apoio da população, fazendo circular documentos falsificados com assinaturas grosseiras de Dom Sebastião, além de distribuir títulos honoríficos aos que o apoiavam. Porém, um a um dos falsos reis foram desbaratados por Castela<sup>4</sup>.

Apesar de ter sua imagem envolvida em casos embebidos em ações fraudulentas, Dom Sebastião ganhava maior potência no imaginário português: cada vez mais era tido como um rei desaparecido capaz de retornar a qualquer momento para trazer a salvação de Portugal. A ideia de que o monarca teria que peregrinar para se refazer de possíveis erros provindos de sua demasiada existência secular ganhava corpo na configuração de um soberano que voltaria purificado, santificado e, assim, apto a restabelecer a salvação nacional e, depois, do mundo. Estava se delineando, assim, em surdina, com vagar, um projeto de construção do caráter de Dom Sebastião como herói messiânico, cuja história pessoal não descartava sua qualidade de rei Desejado. Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (2003, p. 30), o messias segue sempre os mesmos passos: eleição divina; provação; retiro; volta gloriosa.

Ela afirma ainda, baseada em estudos de Max Weber e Paul Alphandéry, que “o messias [de tradição judaico-cristã] é alguém enviado por uma divindade para trazer a vitória do Bem sobre o Mal, ou para corrigir a imperfeição do mundo, permitindo o advento do Paraíso Terrestre, tratando-se, pois, de um líder religioso e social” (Pereira de Queiroz, 2003, p. 27). Seu *status* não é adquirido apenas por posição privilegiada conquistada diante de uma ordem estabelecida; levam-se em conta também suas qualidades pessoais extraordinárias, as quais lhe dão uma configuração de líder carismático<sup>5</sup>.

Dom Sebastião passa por todo o processo que define um líder carismático conjuminado com traços messiânicos. E essa configuração de sua personalidade se torna mais contundente quando o rei

desaparecido torna-se presente em outro discurso, paralelo ao que se quer oficial, ao que pretende continuar seguindo a lógica do discurso temporal das cortes. Aos poucos, o rei Desejado vai sendo confundido e, mais tarde, amalgamado de vez a uma figura de textos proféticos, envolvido na trama mítica de projeções apocalípticas, tornando-se um dos fenômenos culturais mais marcantes da história de Portugal.

## AS TROVAS PROFÉTICAS DE BANDARRA: ENFIM O DESEJADO É O ENCOBERTO

Em 1603, Dom João de Castro, um nobre português que lutou pela soberania do seu reino depois do desaparecimento de Dom Sebastião, inclusive ajudando na falsificação de um dos reis que se queriam passar pelo rei desaparecido, imprime e comenta, pela primeira vez, as *Trovas* de um sapateiro de Trancoso chamado Bandarra. As *Trovas*, de forte teor profético messiânico, haviam sido escritas entre 1530 e 1540, em Trancoso, e João de Castro as publica com o nome de *Paraphrase et Concordancia de Alguas Propheçias de Bandarra Çapateiro de Trancoso*. Certamente, ele não nos entrega o texto original de Bandarra, que conheceu outras várias edições e versões ao longo dos séculos (Pires, 1969, pp. 68-9).

Vendo fracassar as tentativas de retomar a coroa portuguesa por caminhos oficiais, percebeu que, em meio a tantas empresas frustradas, sobrevivia a crença na volta do rei Dom Sebastião. Dom João de Castro foi encontrar, no discurso profético do Bandarra, a leitura que preenchia expectativas e crenças suas e do povo. A partir de sua interpretação, surge, enfim, um sebastianismo que ressalta contornos milenaristas, utópicos e escatológicos, transformando esse texto na bíblia do sebastianismo, como bem observou João Lúcio de Azevedo em seu conhecido livro *A Evolução do Sebastianismo*.

4 Aprofundo-me mais na questão dos falsos reis em meu livro *Dom Sebastião no Brasil* (Godoy, 2005, pp. 70-9).

5 O carisma é entendido por Max Weber, citado por Maria Isaura, como “a qualidade extraordinária que possui um indivíduo (condicionada de forma mágica em sua origem, quer se trate de profetas, de feiticeiros, de árbitros, de chefes de bandos ou de caudilhos militares); em virtude desta qualidade, o indivíduo é considerado ora como possuidor de forças sobrenaturais ou sobre-humanas – ou pelo menos especificamente extra-quotidianas, que não estão ao alcance de nenhum outro indivíduo – ora como enviado de Deus, ora como indivíduo exemplar e, em consequência, como chefe caudilho, guia ou líder” (Pereira de Queiroz, 2003, p. 27).

Gonçalo Annes Bandarra era um cristão-novo descrito como grande conhecedor da Bíblia, tendo ganhado respeito entre cristãos e judeus que viviam escondidos em Trancoso e nas proximidades. A certa altura, o sapateiro de Trancoso é tido como uma espécie de oráculo, promovendo, em diversas reuniões, o início de uma nova leitura sobre as profecias bíblicas. Partindo da leitura das Escrituras (palavra de poder institucionalizada por dogmas da Igreja), com o tempo passa à prática oral, ao discutir a tradição judaico-cristã mesclada a textos, concepções, entendimentos de outras procedências. Surge daí uma oralidade laicizada – embora muito ciente e conhecedora da Bíblia –, trabalhando processos tradutórios, que ampliava e explodia a dureza do significado das palavras cristalizadas pela leitura oficial das Escrituras; elas deixam de ser apenas meio de transmissão de uma doutrina para ganhar a competência de palavra fundadora da fé. Nesse processo dá-se o sopro que produz um desvio da Palavra da Verdade Divina imposta pela Igreja, e essa Palavra passa a ser direcionada e recodificada por uma voz encharcada pelo espaço cotidiano, que pretende aproximar a experiência do sagrado com a do profano, afastando-se do recolhimento e contemplação. Bandarra certamente experimentou e exercitou essa voz, “que se identificava ao Espírito vivo, sequestrado pela Escrita”. Assim, ele trabalhou uma verdade que se ligava ao poder vocal, corporal e espiritual experimentado na tentativa de vivenciar o sagrado e não só contemplá-lo pura e simplesmente; uma verdade perpetuada, como diz Paul Zumthor (1993, p. 79) ao analisar as potências performáticas e de vocalidade da “religiosidade popular”, por seus discursos amparados em

“[...] retalhos do Evangelho aprendidos de cor, lembranças de histórias santas, elementos dissociados do credo e do Decálogo, afogados num conjunto móbil de lendas, de fábulas, de relatos hagiográficos. Daí, pode-se pensar a profundidade em que se inscreviam, no psiquismo individual e co-

letivo, os valores próprios e o significado latente dessa voz”.

As *Trovas* de Bandarra foram compostas em quatro partes. Na primeira, o canto refere-se criticamente aos mandos e desmandos da Igreja Católica, da nobreza e da classe judiciária. Aponta, ainda, para o estado de pobreza e confusão em que vive a população mundial, enfatizando a miséria e o declínio da nação portuguesa depois de uma época auroral que conheceu período áureo na condição secular da história humana.

Com essa localização espaço-temporal, o sapateiro de Trancoso ativa uma enorme gama de enunciados divinos revelados profeticamente no Antigo Testamento, tendo por finalidade ler os acontecidos temporais até seu presente, numa chave de reconhecimento de que a palavra da Bíblia está se realizando no tempo, assim como fora prevista e dada à luz pelos livros de Daniel, Isaías, Esdras, etc. Seguindo a história linear proposta pela Bíblia, Bandarra lançou-se na aventura perigosa (enfrentando os olhos atentos e as mãos pesadas prontos a captar e esganar qualquer aberração que fugisse ao signo da verdade que a Inquisição resguardava em posse da Igreja) de comprovar a proximidade de acontecimentos futuros.

Fazendo transbordar a matéria contida no espaço bíblico, promove o encontro dessas águas com profecias de diversas tradições, costurando e elaborando uma trama em que avança, com as revelações que acredita estarem sendo concretizadas, em direção ao final do Novo Testamento, ao Apocalipse, ao fim dos tempos, ao além da História. Dessa forma cumpre “o pressuposto de toda visão profética que é a crença de que o processo histórico não se faz por um agregado de eventos casuais. No horizonte do profeta, a História seria dotada de um *telos*, direção, um sentido final, que, por sua vez, tende a ser totalizante” (Bosi, 1998, p. 16).

Três sonhos de Bandarra, regados do mesmo teor profético, completam as *Trovas* por ele compostas, introduzindo, pouco a pouco, a figura de um misterioso rei a surgir para instalar um não menos misterioso

império que encaminhará a humanidade para a vivência na lei divina, ultrapassando a lei secular corrompida. Essas aparições estão muito calcadas em *Daniel*, 2: 31-36, em que o profeta desvenda o sonho do imperador Nabucodonosor a respeito de uma estátua com os pés de barro que foi demolida por uma enorme pedra que desce de um morro. A estátua, constituída por quatro materiais diferentes, representaria quatro reinos que, de acordo com cada material, mostra a degradação dos reinos até o mais fraco e corrompido, que é o império representado pelo pé de barro da estátua. A pedra que rola e destrói a estátua significa, para Daniel, o Quinto e Último Império na Terra, dessa vez o derradeiro, composto pelos desígnios divinos.

Amalgamadas a essas visões, o sapateiro de Trancoso introduz, em sua narrativa, lendas tradicionais que percorriam a Península Ibérica bem antes das suas profecias. Vê, no cruzamento dessas lendas, a antiga luta entre cristãos e mouros, na qual, para a tradição cristã ocidental, logicamente temos o enaltecimento da imagem da cristandade e a desqualificação e destruição do islamismo. Atento aos avanços mouros no norte da África em sua época, Bandarra compreende que é chegada a hora de acontecer a intervenção do rei Encoberto, figura lendária bastante difundida na península, principalmente pelo famoso respeitado orador e estudioso cristão da Idade Média, Santo Isidoro de Sevilha. Pela primeira vez aparece, nas *Trovas*, o rei mítico tão importante para a construção futura do fenômeno cultural sebastianista. Eis a estrofe que revela a aparição do monarca messiânico:

“LXXV

Já o Leão é experto

Mui alerta.

Já acordou, anda caminho.

Tirárá cedo do ninho

O porco, e é mui certo.

Fugirá para o deserto,

Do leão, e seu bramido,

Demonstra que vai ferido

Desse bom Rei Encoberto”

(Bandarra, 1996, p. 57).

O Leão, símbolo de poder, de sabedoria e justiça, está relacionado, naturalmente pela visão que positiva o partido ao qual o enunciador se identifica, a um grande rei da cristandade que deveria carregar esses atributos. Já o mouro, representado pela figura do porco, imagem vinculada, na época, à ignorância, ao impuro e a aspectos negativos, será sobrepujado pelo Leão. Eis as personagens históricas sinodoicamente agindo em ressonância às profecias bíblicas segundo a visão do sapateiro Bandarra. Entrançado a essa alegoria, ele vê emergir o lendário rei Encoberto num cenário escatológico, em que a batalha do Juízo Final, revelada no *Apocalipse* de João no Novo Testamento, está prestes a se concretizar na história do século. Assim, Bandarra, ao compor suas *Trovas*, vê, em seu presente, os sinais do passado sendo concretizados, o que lhe permite elaborar os sinais futuros dando a eles maior concretude e proximidade no tempo-espaço do profeta, embora alguns elementos ainda permaneçam indefinidos, como o nome do rei messiânico, a data e os locais dos eventos do Juízo Final que encaminharão a humanidade ao advento da ordem divina.

Na leitura de Dom João de Castro sobre as *Trovas* de Bandarra, Dom Sebastião recebe a potência messiânica do soberano esperado havia muito tempo, e que navegava em diversas lendas e profecias, em obscuros relatos, nos quais não podemos ver o seu rosto, mas sabemos de sua existência como o misterioso Rei Encoberto envolvido em um papel importante diante das concepções escatológicas e apocalípticas promovidas pela tradição judaico-cristã. O poderoso monarca, de gênese, substância e destino misteriosos, incorporaria, depois de indefinida e fantasmagórica perambulação secular pela tradição oral e escrita, o aguardado Imperador dos Últimos Dias.

Dom João de Castro lê, nessa alusão ao Rei Encoberto, a volta messiânica de Dom Sebastião no tempo do milênio<sup>6</sup> que, para ele, é o tempo em que Portugal deve retomar seu destino como cabeça do Quinto Império Universal Cristão a se estabelecer em todo o mundo. Não resta dúvida, então,

6 Jean Delumeau nos indica uma ligação entre febres milenaristas e grupos sociais em crise. Diz ele que “os atores dos movimentos escatológicos são frequentemente marginalizados, desenraizados ou colonizados que aspiram a um mundo de igualdade e de comunidade”. No cristianismo, ele chama de milenarismo “a crença num reino terrestre vindouro de Cristo e de seus eleitos – reino este que deve durar mil anos, entendidos seja literalmente, seja simbolicamente. O advento do milênio foi concebido como devendo situar-se entre uma primeira ressurreição – a dos eleitos já mortos – e uma segunda, a de todos os outros homens na hora de seu julgamento. O milênio deve, portanto, intercalar-se entre o tempo da história e a descida da ‘Jerusalém celeste’. Dois períodos de provações irão enquadrá-lo. O primeiro verá o reino do Anticristo e as tribulações dos fiéis de Jesus que, com este, triunfarão das forças do mal e estabelecerão o reino de paz e felicidade. O segundo, mais breve, verá uma nova liberação das forças demoníacas, que serão vencidas num último combate”. Diversamente do que se afirma, o milenarismo não é a expectativa do ano 1000 ou 2000, mas a de mil anos de felicidade na terra antes do Juízo Final, onde o homem viverá em perfeita harmonia, livre da dor e do mal, além de prescindir das leis do Estado e da própria Igreja. Introdução e apresentação do livro *Mil Anos de Felicidade: Uma História do Paraíso* (Delumeau, 1997).

que a figura messiânica do Rei Encoberto tem papel fundamental nesse processo histórico desenhado pelo texto profético de Bandarra, que prevê o fim da história – feita pelos homens – em função da conjunção final e definitiva do homem com Deus. Ao interpretar que Dom Sebastião era o Rei Encoberto, acreditamos que João de Castro contribui infinitamente para a criação de uma potência de permanência e atualização da figura do rei Desejado e agora também Encoberto. A partir desse momento, a crença em Dom Sebastião será sempre lançada a desejos individuais e coletivos direcionados a um futuro de perfeição da humanidade. Dom Sebastião, o Desejado e Encoberto, ganha o estatuto de fenômeno cultural, mítico, religioso e social, e começa a viajar pelo tempo-espaço.

## DAS PRIMEIRAS PRESENCAS DA FIGURA DE DOM SEBASTIÃO NO BRASIL

No Brasil, o jovem monarca desaparecido se faz presente logo no primeiro período da colonização. Como Felipe II anexara Portugal a Castela, os portugueses conhecem um período traumático de perda da independência e, como já exploramos acima, Dom João de Castro encarregou-se de propagar as *Trovas* de Bandarra. A pesquisadora Maria Isaura Pereira de Queiroz encontrou, em documentos por ela levantados, vestígios das *Trovas* em terras brasileiras nas mãos de pelo menos um degredado que possivelmente também sentia o impacto da independência de Portugal perdida:

“Os primórdios da colonização brasileira coincidiram com esta época conturbada, e é lícito supor que desde os primeiros tempos tivessem aqui chegado indivíduos que conhecessem as *Trovas* de Bandarra, tanto mais que boa quantidade de cristãos-novos – talvez a camada da população portuguesa

mais atingida pela crença – era enviada para a colônia. Da existência de um pelo menos temos prova concreta, pois foi denunciado, em 1591, ao Santo Ofício, na Bahia. Tratava-se de um Gregório Nunes, ‘meo framengo filho de framengo e de cristã nova’, o qual, sabedor das *Trovas*, ‘as dezia pelo Mexias, esperando inda por ele...’” (Pereira de Queiroz, 2003, pp. 217-8).

Gregório Nunes, ou Gregório Nidrophí, foi denunciado ao Santo Ofício em 13 de agosto de 1591 por um tal João Batista. Ambos eram cristãos recém-conversos e provavelmente por esse motivo foram degredados para o Brasil. No entanto, um pôs-se a colaborar com a Santa Inquisição e o outro encontrou, nas novas terras, novo fôlego e a sensação de liberdade para propagar sua crença calada em outro ambiente.

Apesar de esse ser o único documento que indica a presença das *Trovas* de Bandarra, ainda que em versão bem diferente da divulgada por João de Castro, arriscamos levantar a hipótese de que outros conhecedores desse material podem ter passado incólumes das garras da Santa Inquisição e conseguido divulgá-lo no Brasil. A dificuldade de se conseguir localizar focos de heresias nas recentes vastas terras descobertas não eram pequenas. Além do mais, o Brasil despertava concepções escatológicas e milenaristas, como promessa de um Paraíso Terreal redescoberto e sinais de utopias muito divulgados na Idade Média, com ressonâncias no Renascimento da Europa, principalmente da Península Ibérica<sup>7</sup>.

Algum tempo depois, com o avanço da povoação do Brasil, algumas visionárias condenadas pela Santa Inquisição foram degredadas para território brasileiro e, tendo mais liberdade para divulgar suas visões em uma terra ainda sob fraca vigilância da Igreja e do Estado, puderam espalhar suas experiências místicas com Dom Sebastião. Em 1647, Luzia de Jesus recebe sua sentença e, em 1660, é a vez de Joana da Cruz ser condenada ao desterro. Ambas recebiam visitas, em sonho ou em vigília, do jovem rei, disfarçado de animal ou em forma humana<sup>8</sup>.

7 A esse respeito, conferir a obra pioneira e monumental de Sérgio Buarque de Holanda (2000).

8 Para maiores informações sobre esses dois casos conferir o livro de Laura de Mello e Souza (1993).

Luzia de Jesus afirmava – seguindo características de quem se diz iniciado e preparado para receber e divulgar revelações – que era elogiada por São João Batista e pelo próprio Deus, além de ser imersa em ensinamentos dados pelo próprio Jesus Cristo ainda quando estava no ventre de sua mãe. Tudo isso fazia parte de sua preparação como intermediária entre o Céu e a Terra.

Dentre suas visões conservadas em cadernos como peça de processo da Inquisição, em linguajar truncado e cheio de elipses, numa ela relata a aparição do próprio Deus, em uma igreja rodeada por anjos na porta, e lá Ele teria entregue a ela a seguinte mensagem:

“[...] e entre eles o anjo da guarda do reino, lembrando-lhe [a ela] o grande perigo que corriam os portugueses. Pediam-lhe atenção e muito trabalho. Deus também viera com os anjos e lhe pedira que fosse a mão dos pecadores. Dias depois, o Senhor tornou a lhe aparecer e disse: ‘Descansa

agora minha amada que já é chegado o tempo de muitas glórias e pregam minhas misericórdias; que eu te comecei a criar, logo comecei a descansar’, e ouvindo a nova do rei português, lhe deu o Senhor a entender que este era o tempo de suas glórias, e o muito que ama este reino” (Hermann, 1998, p. 275).

Luiza de Jesus afirmava que o rei exaltado em sua visão era Dom João. Não sabemos a qual Dom João refere-se Luiza. A historiadora Jacqueline Hermann levanta a hipótese de que poderia ser Dom João IV o rei que é revelado na visão, pois o padre Antonio Vieira, grande orador e famoso por seus sermões já naquele momento, defendia esse monarca da Restauração portuguesa como o rei messiânico das *Trovas* de Bandarra. De qualquer modo, Luiza relembra e reforça a sacralidade dos reis portugueses diretamente confirmada por Deus na revelação, e reafirma Portugal como reino responsável pela volta da sacralização das outras nações. Ainda insegura a independência lusitana diante da geopolítica europeia, Luiza projeta os anseios do povo português depois do recente trauma que teria balançado as estruturas de uma nacionalidade desejada e ostentada naquele tempo.

A outra visionária, Joana da Cruz, teve experiências parecidas às de Luiza. Visitada por Deus da mesma forma, teria recebido mensagens escabrosas aos olhos da Inquisição. Para ela, a revelação traz elementos catastróficos como a redução de Roma a cinzas. Em seguida, personagens próximos a ela tomariam lugares estratégicos de poder e colaborariam, no enredo que nos entrega, para a trama tecida como visões anunciadoras e profecias. Um dos pilares do material visionário que habitou Joana é a afirmação dela de que um amigo seu se tornaria papa e proclamaria a canonização de Dom Sebastião como santo purificado corporal e espiritualmente após longa peregrinação.

Enquanto isso não acontecia, a própria alma de Dom Sebastião aparecia ora encoberta na figura de um porco, ou seja,

## Retrato de Dom Sebastião por Cristóvão de Morais



Reprodução

incorporando impurezas de sua condição de alma perambulante em um limbo restaurador, travestido do símbolo degradante com o qual os cristãos representavam os mouros como já mencionamos anteriormente, ora em pessoa simples, quase desprovida de sua realeza. Mas, apesar dessas aparições grotescas que apresentavam uma figura ridícula do jovem rei, Joana recebia as visitas de Dom Sebastião acreditando que essa imagem nada mais era que a condição do processo purgativo pelo qual ele passava para retomar, finalmente, seu papel de rei messiânico.

Enfim, essas foram as primeiras manifestações de que temos notícia já em território brasileiro e, embora com intensidade mítica que já extrapolava o fato histórico, ainda carregavam forte carga nacionalista e patriótica. Afinal, Dom Sebastião era o salvador e redentor do povo português, num primeiro momento.

## CONEXÕES, ENTREMovIMENTO E DEVIR: POÉTICAS DA VOZ, DO CORPO E DA MEMÓRIA

De qualquer forma, o rei português desaparecido já dava grandes saltos nos caminhos de sua existência mítica. O “eterno” retorno de Dom Sebastião, como personagem messiânica e encantada, configura-se, dessa forma, como um grande texto virtual andarilho, “quando a repetição contínua de algumas situações faz com que elas ganhem o estatuto de matriz oral, que também garante o sentido das novas criações geradas a partir delas”<sup>9</sup>.

Dom Sebastião, como texto da cultura, passa a fazer parte de uma rede de transmissão e recepção que permite sua viagem pelo tempo-espaco. O que garante sua permanência é a conservação de algumas situações que formam seu contexto de origem como Desejado e Encoberto. A conservação, por sua vez, está envolvida com o trabalho da memória, mas “a me-

mória implica, na ‘reiteração’, incessantes variações re-criadoras”, que Paul Zumthor (2000, pp. 76-7) chamará de “movência”. Essa movência claramente tem a ver com movimento, transformação, ou seja, com o que é recriado e retorna como o mesmo, mas diferentemente, já que é reiterado em outra *performance*, partindo de um outro transmissor que já foi receptor da narrativa por ele transformada e recontada. As modificações do texto a ser transmitido se darão com acréscimos do repertório do enunciador, com interesses específicos dele em transmitir e discutir suas reelaborações da narrativa, no pacto estabelecido entre ele e destinatários (receptores), na busca de compactuar e compartilhar o mesmo repertório, tentando causar interesse para que se efetive a comunicação.

Ora, tentando aproximar-me dessa dinâmica viva, procurei olhar esse fenômeno da cultura cartograficamente, buscando compreender sua potência de permanência e atualização ao entrar em ressonância com utopias, existências e vivências várias. Assim, confirmando esse caráter “movente” e “andarilho” de Dom Sebastião, é muito importante perscrutar as espacialidades e temporalidades nas quais irá se manifestar, pois muito nos dizem sobre os usos e hábitos que levaram determinado grupo, ou uma pessoa específica, a manipular as potências messiânicas que permanecem nesse grande texto virtual. Dessa forma, palmilhamos caminhos e espaços por onde se manifestou e ainda se manifesta a figura de Dom Sebastião. Mapeando o fenômeno, procurei perceber como ele se abre, como é conectável em todas as suas dimensões, sendo suscetível de receber modificações constantemente desde quando foi imerso em um complexo mítico que o acompanha até hoje em suas mutáveis transduções e transfigurações.

Assim, como exemplos finais deste artigo, não poderia deixar de mencionar a grande disseminação que teve a figura do jovem monarca Desejado e Encoberto por meio da verve barroca do padre jesuíta Antonio Vieira. Um dos maiores construtores da língua portuguesa (como já o reconhecia

9 Sobre a ideia de matriz virtual e matriz oral, que prefiro chamar de grande texto virtual, ver definição detalhada desse mecanismo de permanência e atualização de textos da cultura no trabalho de Jerusa Pires Ferreira (1993, pp. XVI e segs.).

o poeta Fernando Pessoa) e visionário de problemas filosóficos, religiosos, políticos, portador de fina sensibilidade etnográfica, Vieira promoveu leituras acerca do país que adotou, e previa, ou até queria profetizar, o Brasil como sendo uma terra nutriz do novo homem universal por ele aguardado. O rei Sebastião estará “encoberto” no “Sermão de São Sebastião”, apesar de, mais tarde, ser substituído no papel de rei messiânico, depois da restauração do trono português, por Dom João IV, figura responsável por esse evento. Ainda assim, junto às *Trovas* de Bandarra, a matéria mítica que envolvia Dom Sebastião, como a ideia de Quinto Império e a sacralidade dos reis portugueses, foi fundamental para a composição da grande obra profética *História do Futuro* de Antonio Vieira. Portanto, embora a presença de Dom Sebastião seja embaçada, de tonalidades vacilantes, não podemos dizer que não frequentou o púlpito e a pena do padre jesuíta, agora finalmente trazendo traços de componentes do país no qual transitará em intensa transfiguração dependendo do contexto no qual vai revelando e sendo revelado.

Ainda peregrinando, Dom Sebastião habita os sonhos visionários de uma santa popular negra, ex-escrava, ex-prostituta, chamada Rosa Egipcíaca que, em meados do século XVIII, em suas profecias apocalípticas, previa um grande dilúvio universal. Salva desse dilúvio por ter seu convento milagrosamente se transformado em uma nau, a visionária relata que navegará à deriva, acompanhada por algumas companheiras, todas pobres, também ex-prostitutas e algumas mães solteiras. Depois de dias cruzando águas sem nenhum rumo, aborðará a nave do rei Sebastião e de sua tripulação, também à deriva. Nesse encontro ocorrerá a conjunção carnal entre ela e o rei, nascendo daí o novo Cristo, um Cristo mestiço, um Cristo do mundo. Assim, Rosa, em sua profecia, por meio do encaixe de histórias de nacionalidades diferentes, de séries raciais, culturais e religiosas heterogêneas, consegue montar um retrato do

processo de mestiçagem que ocorreu na colônia. Tudo isso desencadearia, como podemos perceber claramente, em um império mestiço, e a figura de Dom Sebastião já experimenta as singularidades das novas terras que passa a habitar com seu complexo mítico amalgamado à novidade efervescente compositiva de imagens e imaginários em tenso e intenso movimento.

Daí, entrando pelo século XIX e indo em frente, a figura de Dom Sebastião comparcerá em movimentos populares rebeldes e religiosos do sertão nordestino (Cidade do Paraíso Terreal, PE; Pedra Bonita, PE; Canudos, BA). E hoje ainda “vive”, com forte presença, no antigo território do Grão-Pará – Maranhão, Pará e Amazonas –, em narrativas de lendas transmitidas oralmente e em manifestações da religiosidade afro-brasileira do tambor de mina e da pajelança, sofrendo transformações constantes em sua viagem virtual<sup>10</sup>.

Diante de tudo isso, podemos concluir que Dom Sebastião é um fenômeno cultural de movimentos rizomáticos que

“[...] não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter- ser, *intermezzo*. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo ‘ser’, mas o rizoma tem como tecido a conjunção ‘e... e... e...’. Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. [...] *Entre* as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal, que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 37).

Sendo assim, como dizer mais alguma coisa? Ou como deixar de dizer sempre algo mais sobre o rei Desejado e Encoberto? Por isso concluímos este artigo nesse *entre*, onde inevitavelmente nos encontramos também.

<sup>10</sup> Sobre a cartografia dessas narrativas e acontecimentos em territórios e épocas diversas visitadas pela figura de Dom Sebastião, ver meu livro já citado e minha tese de doutorado *Dom Sebastião no Brasil: das Oralidades Tradicionais à Mídia*, defendida em 2007 no programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP.

## BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, João Lúcio. *A Evolução do Sebastianismo*. Lisboa, Livraria Clássica, 1947.
- BANDARRA, Gonçalo Annes. "Profecias' do Bandarra", in *Veja*, 1996 (Coleção Janus, série História, organizada por Antonio Carlos Carvalho).
- BOSI, Alfredo. "Vieira e o Reino Deste Mundo", in Carlos Alberto Iannone et alii (org.). *Sobre as Naus da Iniciação: Estudos Portugueses de Literatura e História*. São Paulo, Unesp, 1998.
- BUESCU, Ana Isabel. *Imagens do Príncipe – Discurso Normativo e Representação (1524-49)*. Lisboa, Cosmos, 1994.
- CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas: Edição Comentada*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Lisboa/ Rio de Janeiro, Difel/Bertrand do Brasil, 1988.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 1. Trad. de Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo, Editora 34, 1995.
- DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Mil Anos de Felicidade: Uma História do Paraíso*. Trad. de Paulo Neves. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- FERREIRA, Jerusa Pires. *Cavalaria em Cordel: o Passo das Águas Mortas*. São Paulo, Hucitec, 1993.
- GODOY, Marcio Honorio. *Dom Sebastião no Brasil: Fatos da Cultura em Tempo e Espaço*. São Paulo, Perspectiva, 2005.
- HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: a Construção do Sebastianismo em Portugal nos Séculos XVI e XVII*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do Paraíso: os Motivos Edênicos e Colonização do Brasil*. São Paulo, Brasiliense/Publifolha, 2000.
- KANTOROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei: um Estudo sobre Teologia Política Medieval*. Trad. de Cid Knipel Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- MATTOSO, José. *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa, Estampa, 1987.
- MOTT, Luiz. *Rosa Egípcia: uma Santa Africana no Brasil*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1993.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 2003.
- PIRES, Antonio Machado. *Dom Sebastião e o Encoberto: Estudo e Antologia*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 1969.
- SERPA, António Ferreira de (ed.). *Crónica de El-rei Dom Sebastião, Único deste Nôme e dos Reis de Portugal o 16º, Composta pelo Padre Amador Rebelo, Companheiro do Padre Luís Gonçalves da Câmara, Mestre do Dito Rei Dom Sebastião*. Porto, Civilizações, 1925.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico – Demonologia e Colonização (Séculos XVI e XVIII)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- VELLOSO, Queiroz. *Dom Sebastião (1554-1578)*. 3ª ed. Lisboa, 1945.
- ZUMTHOR, Paul. *A Letra e a Voz: A "Literatura" Medieval*. Trad. Jerusa Pires Ferreira e José Amalio Pinheiro. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Performance, Recepção, Leitura*. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo, Educ, 2000.
-